



INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK



GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY

RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DOS SERVIÇOS DE CLIMA E BIODIVERSIDADE DO CORREDOR SUDESTE DA
MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA

(BR-G1003)

MANUAL OPERACIONAL DO COMPONENTE 1 (MOP C1)

Anexo A

Fevereiro 2019

Sumário

I.	Anexo A. Manual Operacional Componente 1	3
1)	Objetivo do Manual	3
2)	Informações Gerais sobre o Componente 1	3
3)	Descrição das Ações do Componente 1	4
4)	Descrição das etapas de contratação.....	6
5)	Descrição das etapas de concessão de bolsas	6

I. Anexo A. Manual Operacional Componente 1

1) Objetivo do Manual

O presente manual tem como objetivo estabelecer os critérios e os procedimentos que serão aplicados na implementação das atividades previstas no Componente 1, de responsabilidade do MCTIC, no âmbito do Projeto “Recuperação e Proteção de Serviços de Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica”. Os recursos utilizados para as atividades serão provenientes do GEF (Global Environment Facility), tendo como agência implementadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Haverá também recursos de contrapartida (financeiros e não financeiros), cujas atividades e aquisições não são parte deste MOP.

2) Informações Gerais sobre o Componente 1

As atividades no Componente 1 (C1) visam o fortalecimento da capacidade institucional para monitoramento da restauração/conservação da biodiversidade e de alguns serviços ecossistêmicos relacionados a clima, solo e água. Este componente irá desenvolver as pesquisas e estudos científicos necessários para avaliar o impacto das ações do projeto sobre a capacidade de restauração/conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos citados na área de atuação do projeto. Para esta finalidade, estão sendo desenvolvidos métodos e protocolos para análise da paisagem e de áreas específicas que sofrerão a intervenção do projeto.

As atividades do componente irão gerar e, continuamente, atualizar dados e indicadores confiáveis que apontem para mudanças em (i) estoques e sumidouros de carbono, (ii) estimativas de redução de emissões de GEE em decorrência das alterações nas mudanças de uso do solo provocadas pelo projeto, (iii) alterações na biodiversidade, (iv) estado de conservação do solo e (v) produção/qualidade da água. Serão também realizados estudos e pesquisas para identificar iniciativas anteriores ou ainda em curso que tenham tido por objetivo promover o manejo florestal sustentável e a melhoria no estado de conservação dos solos, o monitoramento e a restauração/conservação da biodiversidade, assim como melhorias na gestão dos recursos hídricos. Todas essas informações serão disponibilizadas a todos os atores em um banco de dados georreferenciados no Portal do Projeto. Esta modalidade foi escolhida por ser interativa, permitindo que os usuários cadastrados possam inserir informações, além de disponibilizá-las ao público em geral.

Este componente irá também estabelecer a linha de base para carbono e operacionalizar métricas e protocolos de monitoramento e avaliação de carbono, apropriadas para a Mata Atlântica, nas áreas de atuação do Projeto. Irá desenvolver paralelamente, padrões de referência e protocolos de monitoramento para determinados grupos biológicos que serão utilizados para caracterizar a biodiversidade local e identificar impactos sobre áreas que estarão sob intervenção. O componente também desenvolverá ou fará uso de protocolos já validados que possuam indicadores simplificados e de fácil acompanhamento que indiquem alterações significativas no estado de conservação do solo e na qualidade e produção de água especificamente nas áreas que sofrerão intervenção pelo projeto.

Para monitorar e avaliar os resultados obtidos no Projeto como um todo, este componente irá operacionalizar um sistema de monitoramento e avaliação (M&A) por resultados, de acordo com Plano de M&A já elaborado (Anexo II), baseado em metodologia internacionalmente utilizada e aprovada pelo GEF, assim como avaliar a eficácia do investimento econômico das iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) desenvolvidas pelo Projeto em seus componentes 2 e 3, nos estados Rio de Janeiro e São Paulo. Esta avaliação de impacto e eficácia econômica será realizada de acordo também com metodologia já elaborada pelo Projeto (Anexo III), com base em estudos estatísticos e econômicos. Esta metodologia está direcionada a avaliar a eficácia dos esquemas de PSA, através da comparação com o que teria acontecido na ausência destes esquemas (Business-as-Usual - BAU) e também frente a outras possibilidades de investimento (aumento de áreas protegidas – UCs, e compra de créditos de carbono).

Estes sistemas e avaliações irão fornecer informações sobre os métodos e estratégias utilizadas no Projeto como um todo, e seus resultados. Finalmente, serão capacitados gestores estaduais e/ou municipais, proprietários e agentes comunitários em alguns dos protocolos que serão usados pelo Projeto de forma a proporcionar a continuidade de seu uso, aumentando a capacidade dos Estados parceiros na verificação e monitoramento da eficácia de medidas de reconexão de fragmentos florestais, manejo florestal sustentável, gestão de recursos hídricos e conservação da biodiversidade na Mata Atlântica, contribuindo assim para a contabilização dos múltiplos benefícios de medidas de mitigação das emissões provenientes do uso da terra e de florestas.

3) Descrição das Ações do Componente 1

A quantificação e o monitoramento dos serviços ecossistêmicos que as florestas propiciam, especificamente o seu potencial de mitigação das mudanças climáticas, requer o desenvolvimento e operacionalização de protocolos, combinados em um desenho amostral que permita o monitoramento de estoques de carbono, de determinados componentes da biodiversidade, do estado do solo e da qualidade e produção da água. Estes protocolos devem estabelecer métricas, indicadores e desenho amostral que sejam adaptados para as diferentes características da área de abrangência do projeto e dos objetos de intervenção direta dos PSAs. Para tal, o projeto irá:

- a.** Levantar dados e organizar uma base de dados georreferenciados sobre estoques de carbono, biodiversidade, recursos hídricos e manejo florestal sustentável na área de abrangência do projeto, fazendo uso de dados já existentes. Essa base será disponibilizada em sistemas (já existentes) interoperáveis de forma que essas informações possam ser integradas a sistemas federais, estaduais e/ou municipais, se possível, e continuamente atualizadas; realizar uma análise de lacunas sobre estes conhecimentos e avaliar o nível de detalhamento existente;
- b.** Realizar uma atualização da base de dados existente (Anexo IV) sobre as iniciativas (projetos) em andamento, ou concluídas, de mudanças do clima, biodiversidade e manejo florestal sustentável na zona do Projeto. Estes dados deverão ser consolidados, georreferenciados e sistematizados em plataforma virtual para a disponibilização das informações ao público em geral e a todos os atores, de forma interativa, no Portal do Projeto;

- c. Estabelecer uma linha de base de carbono nas áreas de atuação do Projeto, bem como suas medições ao longo da vida útil do Projeto e projeções para os cinco anos após a sua finalização. Esta linha de base deve fazer uso das iniciativas estaduais, quando existentes, para a contabilização das emissões de GEEs em CO₂ equivalente, e estar em consonância com a metodologia dos relatórios do Brasil para a Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esta ação objetiva também a elaboração de um sistema de monitoramento de carbono (estoques e emissões evitadas), com protocolos de monitoramento e verificação que sejam adequados à Mata Atlântica e compatíveis com a escala e características do Projeto, e uma proposta de sistema de monitoramento e avaliação de carbono que seja compatível com o de biodiversidade;
- d. Estabelecer um padrão de referência (a partir da seleção de algumas UCs na área de abrangência do Projeto) para a biodiversidade, inclusive com o uso de indicadores detalhados no Anexo I e realizar um monitoramento compatível com a escala, características do projeto e especificidades dos componentes 2 e 3, baseado em protocolos de fácil execução, com indicadores simplificados, que possam ser projetados ao longo da vida útil do Projeto;
- e. Realizar atividades de capacitação de gestores estaduais e/ou municipais, agentes comunitários e proprietários rurais para (i) aplicação dos protocolos e coleta de dados para monitoramento de carbono, biodiversidade, água e solo de forma a assegurar a continuidade de seu uso no longo prazo e (ii) acesso e manuseio de dados disponibilizados no Portal do Projeto.

O sistema de monitoramento e avaliação por resultados do Projeto será desenvolvido, conforme já mencionado, de acordo com o Plano de Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Projeto (Anexo II), onde estão definidos os indicadores, meios de verificação e periodicidade da coleta de informações e os resultados (Matriz de Resultados), assim como através dos eventos anuais de Avaliação que serão realizados nos anos 3, 4 e 5 pelo MCTIC, com todos os atores envolvidos no Projeto. O sistema visa monitorar os resultados e impactos vis à vis as metas traçadas na Matriz, nos Planos Operacionais Anuais e seu desempenho financeiro. O objetivo deste sistema é otimizar o papel catalisador das ações do Projeto através de sua integração a um sistema de gerenciamento por resultados, onde as atividades são sistematicamente ajustadas aos resultados periódicos do monitoramento e avaliação. O monitoramento identifica o 'status' do Projeto com relação aos resultados esperados, ao seu custo estimado e tempo de execução. A avaliação usa evidências empíricas (observadas) para identificar até que ponto os resultados e os impactos positivos esperados estão sendo atingidos. As evidências empíricas que não estejam relacionadas com indicadores de carbono, mudanças de uso da terra, indicadores de paisagem e de biodiversidade, recursos hídricos ou manejo florestal sustentável, mas com os objetivos e metas para o PSA, conforme detalhado na Matriz de Resultados pertencente ao Plano de Monitoramento e Avaliação (Anexo II), deverão ser coletadas pelos parceiros estratégicos nos Estados. No caso de Minas Gerais, onde não se aplica o PSA, o IEF/SEMAD e a SEDECTES/UEMG deverão trabalhar em parceria para atingir os seus objetivos e metas conforme a Matriz de Resultados.

As iniciativas em Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) realizadas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, serão avaliadas através dos resultados do sistema de monitoramento e avaliação (M&A),

e da comparação das iniciativas de acordo com cada modalidade; estes resultados serão consolidados em um banco de dados em plataforma virtual, para a disponibilização das informações a todos os atores, com o objetivo de fortalecer as parcerias estratégicas e a participação dos atores sociais envolvidos através da disseminação de informações no Portal do Projeto, com consequente incremento na transparência dos métodos e estratégias adotadas nas ações do Projeto;

Para realizar as ações do componente 1, o Projeto necessitará contratar consultores e conceder bolsas de pesquisa para a realização dos estudos e pesquisas previstas e citadas anteriormente. Essas atividades serão feitas mediante chamada ou edital aberto.

4) Descrição das etapas de contratação

As pesquisas sobre a eficácia dos programas de PSA, que envolvem análises multidisciplinares de cunho social e econômico serão realizadas mediante a contratação de consultorias de órgãos e entidades com perfil adequados à realização dessa atividade, como institutos de pesquisa, Fundações e Organizações não governamentais que atuam na área.

A elaboração do conteúdo técnico dos Termos de Referência, com a especificação dos objetivos, produtos e cronograma de entrega constante das Contratações deverá ser realizada pelo MCTIC.

A Finatec será a responsável pela publicação de edital e pelas tramitações administrativas para contratação e pagamento dos produtos, em conformidade com suas políticas de aquisições.

5) Descrição das etapas de concessão de bolsas

As pesquisas científicas necessárias para realizar o monitoramento e a avaliação do impacto das ações do projeto sobre os estoques e emissões evitadas de carbono, a biodiversidade e serviços ecossistêmicos de solo e água, demandarão a concessão de bolsas de pesquisas, que permitirá arranjos institucionais envolvendo a participação de instituições de pesquisa locais, situadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A Finatec será a responsável pela publicação de edital (com todos os detalhes da oferta de vagas, perfis e seleção de candidatos) e pela concessão das bolsas. Será montado um comitê (temporário) de especialistas nas diversas áreas que serão objeto de estudos e que auxiliarão na seleção, participando da triagem, análise de currículos e entrevistas.

A elaboração do conteúdo técnico do Termo de Referência, com a especificação dos objetivos, produtos e cronograma de entrega constante das contratações deverá ser realizada pelo MCTIC.